



Petição nº 26/2018 – Em defesa da dignidade das mulheres – Prostituição não é trabalho

Intervenção da deputada municipal do PEV Cláudia Madeira
Assembleia Municipal de Lisboa, 28 de Fevereiro de 2019

Em primeiro lugar, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes saúda o MDM - Movimento Democrático de Mulheres, a Associação “O Ninho” e a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres que lançaram a petição “Em defesa da dignidade das mulheres - Prostituição não é trabalho”, e os mais de três mil peticionários que a subscreveram.

Esta petição pretende rejeitar a institucionalização da prostituição e a criação de uma plataforma de intervenção na área do trabalho sexual, propondo, em alternativa, uma plataforma municipal de intervenção na área da prostituição e outras formas de exploração sexual, e combate ao tráfico de pessoas, assim como a implementação de políticas de apoio e protecção das pessoas prostituídas, na sua grande maioria mulheres, mas sem esquecer as crianças e homens. Propõe também a eliminação da utilização do termo «trabalho sexual» por parte dos órgãos, serviços e empresas municipais.

Importa destacar que esta iniciativa surge na sequência da informação de que a CML estaria a promover a criação de uma “Plataforma Local de intervenção da área do trabalho sexual”.

E, de facto, apesar de não fazer parte de nenhuma actividade ou programa da Câmara, chegou a haver a decisão de convocar, para o dia 9 de Abril de 2018, uma primeira reunião promovida pelo Departamento para os Direitos Sociais, que pretendia institucionalizar a tal plataforma do trabalho sexual.

Também não nos podemos esquecer que há uns anos a Câmara Municipal desenvolveu um projecto, pela calada, para a criação de um bordel, chamando-lhe uma Safe House, como se fosse possível institucionalizar a violência sobre seres humanos. Felizmente, e devido à contestação que de imediato se gerou, não avançou.

Também agora, em boa hora a CML arrepiou caminho e deu passos positivos na resposta a este flagelo social, com a aprovação da Estratégia Municipal de Intervenção na Área da Prostituição, que urge agora implementar com a maior rapidez e eficácia, e com o devido acompanhamento por parte da Assembleia Municipal.

Felizmente, tem prevalecido o bom senso e para isso muito tem contribuído a contestação e o trabalho de várias associações com intervenção nesta matéria.

Para Os Verdes, a adopção dos termos “trabalho sexual” e “trabalhadores do sexo” não é adequada à intervenção que é fundamental fazer junto das pessoas prostituídas. Esta terminologia só viria legitimar a prostituição como um trabalho, procurando banalizá-la, como se assim se tornasse mais aceitável, e não se trata de paternalismo nem de semântica, como alguns querem fazer crer.

Se se tivesse avançado por esta via, a autarquia estaria a abrir caminho à normalização da prostituição no nosso país, contrariando a Constituição da República Portuguesa, que consagra o princípio do respeito pela dignidade humana, e de outros compromissos



internacionais que o país tem a obrigação de respeitar, e que sancionam a exploração na prostituição.

Por isso mesmo, Os Verdes consideram que esta petição foi, e é, da maior pertinência, para reafirmarmos que a prostituição é uma grave forma de violência e de exploração, porque, ciclicamente, surgem vozes favoráveis àquilo que chamam de legalização da prostituição.

Consideramos, por isso, que não podemos tratar a prostituição como um outro trabalho qualquer, porque o que está realmente em causa é o respeito pela condição humana, que se impõe numa sociedade que se quer desenvolvida, equitativa e solidária.

Como se sabe, há mais prostituição em contextos de crise e de pobreza, situações que podem acabar por empurrar as pessoas, maioritariamente mulheres que não têm formas de sobrevivência, para as redes de prostituição e, muitas vezes, para o tráfico de seres humanos, que acaba por lhe estar associado, e a solução tem de passar por medidas específicas e integradas de combate às causas da prostituição e de apoio adequado.

Para Os Verdes, é preciso continuar esta luta para que as pessoas não sejam transformadas em mercadorias, compradas, vendidas, oferecidas, podendo alguém fazer do seu corpo o que quiser, porque pagou.

Termino, saudando mais uma vez os peticionários que deram um grande contributo para que Lisboa desenvolva a sua intervenção por melhores condições de vida, pelos direitos humanos, pela igualdade e pelo fim de todas as formas de exploração.

Este é um assunto que não diz só respeito a quem se prostitui, mas a todos e, muito concretamente, àqueles que estão empenhados na defesa de condições de vida dignas e dos direitos humanos.